

Ilustríssima Senhor Pregoeiro
Do Município de Icapuí-CE

Pregão Eletrônico nº: 2022.06.13.01

A empresa PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 66.783.630/0002-79, com sede na Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, 6800, Pouso Alegre/MG, neste ato representada pela sua representante legal Sra. Fernanda Prado Rezende Felber, CPF nº 107.592.896-62, vem, tempestivamente e respeitosamente, conforme preconizado no § 1º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, e no art. 24 do Decreto Nº 10.024, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria com o desígnio de IMPUGNAR os termos do Edital em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é plenamente tempestiva, ratificando que o prazo para protocolar o pedido é de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, conforme o art. 24 do Decreto Nº 10.024.

Desta forma, em consideração ao prazo legal, as alegações apresentadas são tempestivas, razão pela qual pedimos o conhecimento e julgamento da impugnação ora protocolada.

II – DOS FATOS:

O objeto da presente do pregão é a disputa em Lote.

Ao averiguar os requisitos da presente licitação, está Impugnante apresenta os seguintes argumentos com finalidade de alterá-lo, e assim para que possa viabilizar sua participação e de outros concorrentes. Uma vez que o pregão eletrônico, tipo menor preço por lote, é composto por equipamentos diferentes entre si, o que impede a participação de fabricantes específicos de cada equipamento

III - DAS RAZÕES DE RECURSO:

O subscreveste apresenta os seguintes argumentos com finalidade de alterá-lo, podendo assim viabilizar sua participação.

Após a análise técnica e detalhada do descritivo, observa-se que os Lotes do edital são compostos por equipamentos diferentes entre si, restringindo a competitividade do certame. A imposição dessa restrição reduz significativamente a possibilidade de fabricantes participarem da disputa do lote, que podem fornecer produtos e preços mais vantajosos, e propicia a participação de revendedores que intermediarão o fornecimento de Aspirador de Secreções, Balança Antropométrica, Bomba de Infusão, Cadeira de Rodas, Cama, Cardioversor, ente outros.



PROLIFE
tecnologia a serviço da medicina



Consequentemente, os lotes não serão arrematados pelo melhor preço, onerando todo processo licitatório, que tem como objetivo a aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde do município de Icapuí-CE (Hospital Municipal Maria Idalina Rodrigues de Medeiros), conforme Proposta Nº. 11418.377000/1200-02 do Fundo Nacional de Saúde/MS.

Tendo em vista que a contratação direta dos fabricantes é benéfica para a instituição, pois elimina intermediários desnecessários e permite que a aquisição seja realizada com garantia do melhor preço, recomendamos o desmembramento dos itens do edital, alterando assim a disputa menor preço por lote para disputa por menor preço por item.

IV- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Salientamos o disposto no artigo 3º, § 1º, da Lei Nº 8666/93:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

II -estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Diante de tal disposição legal, disserta o Professor Marçal Justen Filho:

“É certo que a Administração deverá obter a proposta mais vantajosa, mas selecionar a proposta mais vantajosa não é suficiente para validar a licitação. A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais. Portanto, deverá ser selecionada a proposta mais vantajosa, mas, além disso, têm de respeitar-se os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia. Por mais vantajosa que fosse a proposta selecionada, não seria válida licitação que violasse direitos e garantias individuais.” (Filho, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos. 10ª Edição, São Paulo, 2004. Pag. 49).



PROLIFE
tecnologia a serviço da medicina



Em um procedimento licitatório, quanto mais propostas apresentadas, maiores as chances da administração selecionar o objeto de melhor qualidade pelo menor preço. Se assim não fosse, não haveria razão de tal procedimento, o qual, dada a importância, é regido por lei específica!

Cabe lembrar, mais uma vez, que a licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do Contratante e promover uma competição justa entre todos os concorrentes, primando, acima de tudo, pela supremacia do interesse público.

Ora, se outras grandes empresas estão aptas ao fornecimento dos equipamentos solicitados, não há alternativa senão abrir tais descrições a TODOS os interessados.

V – DO PEDIDO

14. Em face do exposto, requer seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com a finalidade de alterar o edital quanto aos itens impugnados, e como consequência, seja republicado seus termos conforme princípios da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São Paulo, 23 de Junho de 2022

Fernanda Prado Rezende Felber
Engenheira Biomédica – Coordenadora de Licitações
RG: 17.122.445
CPF: 107.592.896-62

66.783.630/0002-79
Pro Life Equipamentos
Médicos
Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, 6800 - Desm. Murilo Gattini - Pouso Alegre - MG
CEP: 37560-000



RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.06.13.01
IMPUGNANTE: PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

A PREGOEIRA da Comissão de Licitação do Município de Icapuí, no uso de suas atribuições legais, passa a analisar e julgar a peça de impugnação apresentada ao edital de Pregão Eletrônico nº 2022.06.13.01, imposta pela empresa **PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, considerando as razões e fundamentações dispostas ao longo desta decisão.

O referido pregão tem como objeto a aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde do município de Icapuí-CE (Hospital Municipal Maria Idalina Rodrigues de Medeiros), conforme Proposta Nº. 11418.377000/1200-02 do Fundo Nacional de Saúde/MS.

DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifestação tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório.

O Decreto nº 10.024/2019, em seu art. 24, assim disciplinou:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Essa mesma redação está prevista nos itens 19.3 a 19.9, do edital impugnado, que assevera:

19.3. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

19.4. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não legitimado legalmente, exceto se tratar de matéria de ordem pública.

19.5. Caberá a Pregoeira, auxiliada pela área interessada, e, quando for o caso, enviará a petição de impugnação para que a autoridade competente decida sobre a mesma no prazo de 02 (dois) dias úteis.

19.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados e será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

19.7. A pregoeira poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

19.8. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e as licitantes.

19.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

Recebida a petição de impugnação no dia 23/06/2022, foi a mesma protocolada na plataforma do pregão eletrônico BNC, ver-se, portanto, observado o prazo legal para protocolo da mesma, mostrando-se, assim, tempestiva.

Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é amplamente fundamentada e contém o necessário pedido de reformulação do edital.

DOS FATOS

A empresa licitante **PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, interpôs, tempestivamente, impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico em apreço, alegando, em síntese, o seguinte:

A empresa Impugnante contesta que nos Lotes do certame há itens que envolvem diferentes segmentos comerciais, quais sejam: Aspirador de Secreções, Balança Antropométrica, Bomba de Infusão, Cadeira de Rodas, Cama, Cardioversor, ente outros.

A imposição dessa restrição reduz significativamente a possibilidade de fabricantes participarem da disputa do lote, que podem fornecer produtos e preços mais vantajosos, e propicia a participação de revendedores.

No mérito da impugnação protocolada, alega que o procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, e que nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei de Licitações, não pode o ato de convocação do certame restringir ou frustrar seu caráter competitivo.

DO PEDIDO

Roga que a IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, e para com efeito se proceda a modificação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.06.13.01, separando os itens que formam os lotes.

DA ANÁLISE DO PEDIDO

Dada as devidas informações, como se vê, a impugnante busca o desmembramento dos lotes, por se tratar de itens de diferentes segmentos.

Inicialmente, observa-se que a impugnação interposta é tempestiva, eis que foi apresentada dentro do prazo legal de 03 (três) dias úteis da data fixada para a realização do certame.

Quanto da questão do prejuízo ao caráter competitivo da licitação, obviamente a discricionariedade inerente a alguns atos e decisões administrativas não é absoluta, ou seja, não pode ser erigida em detrimento de direito de terceiros, ou quando venha a ferir princípios jurídicos inerentes. Contudo, no presente caso, verificamos o prejuízo alegado pela Impugnante que, por seu turno, demonstra satisfatoriamente que está sendo impedida de participar do deste certame.

O argumento é inconcebível na impugnação editalícia apresentada pela licitante **PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, que demonstra que a mesma não poderá participar do certame uma vez que não poderá fornecer proposta para todos os itens dispostos nos lotes.

Com efeito, é necessário destacarmos que o Edital de Pregão Eletrônico Nº 2022.06.13.01, não delimita a participação de quaisquer interessados, uma vez que por se tratar de um processo público administrativo, sessão pública aberta, qualquer interessado pode participar, desde que cumpra com todos os elementos constantes no instrumento convocatório.

Resta claro, que a licitante deseja que sejam feitas alterações no certame a fim de que a mesma seja beneficiada, ferindo assim os princípios da legalidade, da igualdade e da isonomia.

DECISÃO

Pelo exposto, decide a Pregoeira do Município de Icapuí em **NEGAR PROVIMENTO** à impugnação apresentada pela licitante **PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, não acatando o pedido de desmembramento dos lotes.

Permanecem inalterados o edital e todos os seus anexos.

Ana Queli de Castro Silva Costa
Pregoeira

1. Acolho, na íntegra, os argumentos expostos pela Pregoeira para não dar provimento à impugnação do edital do Pregão Eletrônico 2022.06.13.01.
2. Dê-se ciência aos interessados.

Reginaldo Alves das Chagas
Secretário de Saúde